



Para que o TCU possa cumprir sua missão de contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública e alcançar sua visão de ser reconhecido como instituição de excelência no controle externo, uma estratégia de atuação foi definida para os próximos 5 anos.

Essa estratégia pretende assegurar recursos logísticos e orçamentários necessários ao adequado funcionamento e modernização da instituição. O uso adequado desses recursos permitirá ao Tribunal promover a melhoria de sua governança e intensificar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação em suas ações de controle, bem como proporcionar a otimização de sua gestão.

Nesse contexto, o TCU deverá investir constantemente no desenvolvimento das competências profissionais e gerenciais de seu corpo técnico de modo a prepará-lo para os desafios presentes e futuros. De modo concomitante, deverão ser feitos investimentos na estruturação da gestão do conhecimento organizacional e na modernização e integração das práticas de gestão de pessoas. Essas iniciativas deverão ter como mote principal o fortalecimento da cultura orientada a resultados e a busca pelo desenvolvimento da cultura de inovação que permitam a constante melhoria e evolução dos processos de trabalho do Tribunal.



Entre os principais processos de trabalho a serem aprimorados estão os relacionados à atuação conjunta e articulada do TCU com o Congresso Nacional e com instituições públicas, de maneira a induzir maior transparência da Administração, assim como intensificar a comunicação com a sociedade, com vistas a facilitar o controle social. De modo complementar, também destacam-se os temas de aprimoramento da tempestividade e da seletividade das ações de controle do Tribunal.

Espera-se que a melhoria desses processos de trabalho seja marco para a geração contínua de resultados concretos à sociedade brasileira. Assim, os resultados a serem alcançados deverão estar relacionados à condenação efetiva e tempestiva dos responsáveis por irregularidades e desvios de recursos, à maior transparência dos gastos e ações governamentais, à redução da ocorrência de fraudes e desvios de recursos e, por fim, à constante melhoria da gestão e dos resultados oferecidos pela Administração Pública à sociedade brasileira.